

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 16 /2022.



"CRIA O PROGRAM DE AUXILIO AO DESEMPREGADO, JUNTO AO MUNICIPIO DE CUNHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ARTIGO 1º - Fica criado o PROGRAMA DE AUXILIO AO DESEMPREGADO – PAD, de caráter assistencial, que tem como objetivo dar ocupação, renda e qualificação profissional aos desempregados residentes no Município de Cunha.

ARTIGO 2º - O programa disponibilizará até 25 (vinte e cinco) vagas e proporcionará aos beneficiários:

- I-** Quantia mensal de um salário mínimo nacional, que será denominada bolsa auxílio desemprego;
- II-** Jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais;
- III-** Cursos de qualificação profissional;

§ 1º - Os cursos de qualificação profissional serão ministrados diretamente pelo Executivo Municipal ou por entidades educacionais, mediante convênio, cuja celebração fica autorizada pela presente Lei;

§ 2º - os cursos de qualificação profissional deverão iniciar-se no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o início do programa;

§ 3º -O benefício disposto no inciso I do caput deste artigo será concedido pelo Poder Público Municipal pelo período improrrogável de 06 (seis) meses.



ARTIGO 3º - O Programa será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, e os beneficiários deverão obrigatoriamente exercerem suas atividades em favor da Municipalidade.

ARTIGO 4º - Os requisitos para alistamento no presente programa serão os seguintes:


- I-** Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- II-** Tempo de desemprego igual ou superior a 6 (seis) meses;
- III-** Residência fixa no município de Cunha, há no mínimo 12 (doze) meses;
- IV-** Domicílio eleitoral no município de Cunha, há pelo menos 12 (doze) meses;
- V-** Possuir CTPS, RG, CPF e Título de Eleitor;
- VI-** Estar em gozo de seus direitos civis, políticos e eleitorais.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não será permitido mais que 01 (um) beneficiário por núcleo familiar.

ARTIGO 5º - No caso do número de selecionado ao Programa superar o total de vagas disponíveis, a preferência para participação será definida, com base, pela ordem dos seguintes critérios:

- I-** Maior tempo de desemprego;
- II-** Maior número de dependentes;
- III-** Concorrente com maior idade;
- IV-** Menor renda familiar per capita.

ARTIGO 6º - A participação do beneficiário no programa dar-se-á nos serviços municipais de manutenção, limpeza, conservação, restauração e administrativos, podendo ser realizados na sede da Municipalidade e suas secretarias, bem como nas ruas, monumentos e demais logradouros públicos.



PARÁGRAFO ÚNICO – A participação efetiva no presente programa não implica em reconhecimento de qualquer vínculo empregatício, em razão do caráter assistencial e de formação profissional que constituem objeto do programa criado por essa lei.

ARTIGO 7º - Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar seguro de acidente pessoais para os beneficiários participantes do programa.

ARTIGO 8º - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, podendo ser suplementada se necessárias.

ARTIGO 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Cunha, 11 de março de 2022.



JOSÉ ÉDER GALDINO DA COSTA
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei que objetiva dar ocupação, renda aos desempregados residentes no município, qualificação profissional com a finalidade combater a pobreza.

O presente projeto insere-se na linha de projeto assistencial que se preocupa em oferecer temporariamente, renda aos desempregados residentes em nosso município, que ensejam em situação de precariedade econômica.

Cumpre esclarecer que tal medida é constitucional, e já utilizada amplamente por vários Estados e municípios, com o fim de tentar erradicar a miséria e qualificar nossos munícipes.

Assim, com base no presente arrazoado, e ainda no impacto financeiro-orçamentário que ora se anexa, temos que a viabilidade do mesmo esta totalmente amparada nos preceitos legais, pugnando assim pela regular tramitação do mesmo e após a tramitação qu o mesmo seja aprovado.

Por fim, aproveito a oportunidade e renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Cunha, 11 de março de 2022.



JOSÉ ÉDER GALDINO DA COSTA
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal da Estância Climática de Cunha
Estado de São Paulo

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

ART. 16 DA LEI 101/2000

Impacto Orçamentário e Financeiro nº 04/2022

Em cumprimento ao disposto nos art. 16 e 21 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, e no parágrafo 1º e artigos 37 e 169 da Constituição Federal, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, emitimos o presente parecer.

1) DO MOTIVO

Trata-se de análise das condições legais para criação de Programa Emergencial de Amparo ao Desempregado.

Tendo em vista as exigências dos artigos 19, 20, II e 21 da Lei Complementar n.º 101/00 bem como de outras exigências legais atinentes à matéria, constatamos que necessário se faz o estudo do Impacto Orçamentário e Financeiro para que possa analisar tais gastos em nossas finanças e em nosso orçamento.

ESTIMATIVA DAS DESPESAS

| | |
|---|------------|
| Acréscimo no exercício financeiro de 2022 | 303.000,00 |
|---|------------|

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Exercício de 2022

| | |
|--|-------------------|
| A) Superávit Financeiro previsto em 31/12/2021 | R\$ 16.933.723,68 |
| B) (+) Previsão de arrecadação para 2022 (Receita Corrente Líquida em 31/12/2021) | R\$ 69.000.220,00 |
| C) (=) Disponibilidade Financeira para 2022 | R\$ 85.933.943,68 |
| D) Custo estimado para 2022 | R\$ 303.000,00 |

D/B = IMPACTO ORÇAMENTÁRIO 0,44%
D/C = IMPACTO FINANCEIRO 0,35%



Prefeitura Municipal da Estância Climática de Cunha
Estado de São Paulo

Exercício de 2023

Acréscimo de 5% com Folha de pagamento (Com base na RCL de Dez/2021)

| | | |
|---|-----|---------------|
| A) Resultado Financeiro em 31/12/2022 | R\$ | 0,00 |
| B) (+) Previsão de arrecadação para 2023 | R\$ | 71.172.956,07 |
| C) (=) Disponibilidade Financeira para 2023 | R\$ | 71.172.956,07 |
| D) Custo estimado para 2023 | R\$ | 399.960,00 |

D/B = IMPACTO ORÇAMENTÁRIO 0,56%

D/C = IMPACTO FINANCEIRO 0,56%

Exercício de 2024

Acréscimo de 5% com folha de pagamento (Com base na RCL de Dez/2021)

| | | |
|---|-----|---------------|
| A) Resultado Financeiro em 31/12/2023 | R\$ | 0,00 |
| B) (+) Previsão de arrecadação para 2024 | R\$ | 73.323.544,86 |
| C) (=) Disponibilidade Financeira para 2024 | R\$ | 73.323.544,86 |
| D) Custo estimado para 2024 | R\$ | 439.956,00 |

D/B = IMPACTO ORÇAMENTÁRIO 0,60%

D/C = IMPACTO FINANCEIRO 0,60%

PREMISSAS UTILIZADAS NOS CÁLCULOS

Para previsão de arrecadação para os exercícios, utilizamos como base os dados a previsão orçada no Plano Plurianual 2022-2025.

Conforme consta no projeto de lei, o valor será de um salário mínimo, que hoje é de R\$ 1.212,00 (Hum Mil Seiscentos e Doze Reais) por titular e será reajustado anualmente de acordo com reajuste anual do Governo Federal.

Foram considerados 25 auxílios na base de cálculo.

Devido a arrecadação do exercício de 2021 ser superior ao previstos na LOA 2021, as peças orçamentárias poderão passar por novo estudo e adequação dos valores a serem arrecadados nos próximos exercícios.

Cunha 09 de Março de 2022


MICHELLY DE CÁSSIA GONÇALVES SIMÕES

Contadora Municipal

CRC:1SP301378/O-6



Prefeitura Municipal da Estância Climática de Cunha
Estado de São Paulo

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes do evento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, que são suficientes às necessidades de empenhamento para o exercício, havendo adequação orçamentária e financeira no orçamento aprovado e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Cunha, 17 de Janeiro de 2022

JOSE EDER GALDINO DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL